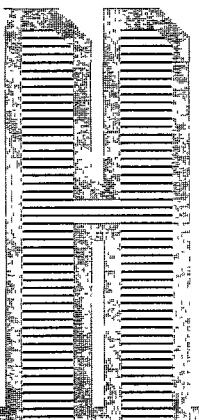




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 128

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 321^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Pedido de expulsão dos quadros do PMDB que fará S. Ex^{ta}, caso algum de seus membros venha apoiar o candidato Paulo Maluf.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Posição da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Ijuí e da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, secundando manifestações contrárias à aplicação do pesticida BHC, pela SUCAM, no interior de residências.

DEPUTADO JORGE CARONE — Situação salarial por que passa a classe dos servidores públicos.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Investigadora do Dr. Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, no Tribunal Federal de Recursos.

DEPUTADO AMADEU GEARA — Apelo ao Presidente do Congresso Nacional, no sentido de incluir em Ordem do Dia, a Emenda Mauro Benevides, que restabelece eleições diretas para prefeitos das capitais.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Telegrama recebido do Presidente da Associação dos Hospitais do Rio Grande do Sul, relatando as dificuldades que ora atravessa a Previdência Social naquele Estado.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Possibilidade da transformação do Banco do Brasil em banco comercial. Necessidade de se convocar os Presidentes do Banco do Brasil, Banco Central e Ministro da Fazenda, para discutir o assunto com os Srs. Parlamentares.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Aprovação pela Câmara de Vereadores de Flores da Cunha — RS, de projeto que dá o nome de Frei Salvador Pintzetta a uma de suas ruas.

DEPUTADO NILSON GIBSON — 34^º Congresso Nacional de COHABs.

DEPUTADO SARAMAGO PINHEIRO, como Líder — Pronunciamento feito ontem à Nação pelo Senhor Presidente da República, de realizações de seu governo no setor da energia elétrica e na exploração de minérios.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 29/84, que acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — PRONUNCIAMENTO DE LIDERANÇA

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Análises ao discurso pronunciado pelo Sr. Saramago Pinheiro na presente sessão.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 322^a SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.1.1 — Questão de ordem

— Suscitada pelo Sr. Nilson Gibson e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2 — ENCERRAMENTO.

Ata da 321^a Sessão Conjunta, em 10 de outubro de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 11 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alberto Silva — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante —

Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Roberto Campos — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre
Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS;

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Amazonas

Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB;

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS;

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; José Luiz Maia — PDS; Lúdio Raulino — PDS;

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS;

Rio Grande do Norte

José Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS;

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eitelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roraimburgo Romano — PMDB;

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB;

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB;

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS;

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB;

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gerae — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cásio Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Melo — PDS;

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaca — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS;

Roraima

Alcides Lima — PDS;

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 175 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Candidato do PDS à Presidência da República continua afirmando, pela imprensa, que conta com elevado número de oposicionistas para sufragar o seu nome no Colégio Eleitoral, nas eleições do dia 15 de janeiro. Embora os fatos políticos, diariamente, desmintam àquelas afirmações — veja-se, por exemplo, o caso dos Srs. Governadores que a cada dia vêm declarar que estão afinados com a campanha de Tancredo Neves —, devemos estar atentos, pois as pregações sonantes sempre despertam interesses nos menos avisados ou nos trambiqueiros.

Por isso, quero registrar nos Anais deste Congresso que pedirei a expulsão de qualquer companheiro do PMDB que venha, de qualquer forma, facilitar ou contribuir para a candidatura do PDS, que é hoje o político mais repudiado pela população brasileira, e o companheiro que votar no Colégio Eleitoral, na candidatura do Sr. Paulo Maluf não merecerá mais o convívio no PMDB, porque o seu gesto afetará a credibilidade do nosso Partido, que hoje representa ou significa a esperança do povo brasileiro.

Por isso, vamos considerar como alta traição o gesto cometido por qualquer companheiro do PMDB, que venha a votar no Sr. Paulo Maluf. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Ijuí, juntamente com a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, estão secundando manifestações feitas por agricultores da região de Ijuí, inconformados com a aplicação, pela SUCAM, Órgão do Ministério da Saúde, do BHC no interior das residências para combater o Triatomídeo, que é o responsável pela existência do "mal de Chagas" naquela região e em outras regiões do nosso Estado.

Há nessa região, segundo os manifestantes, um histórico de contaminação ambiental muito elevado, decorrente do emprego mal orientado e maciço de pesticidas nas lavouras. Por isso, a população, tanto urbana quanto rural, já está por demais exposta aos efeitos nocivos dessas substâncias tóxicas.

Agora, junta-se a isto a aplicação feita pela SUCAM do hexacloro-ciclohexano (BHC). Esta substância já teve a sua aplicação desaconselhada pelo próprio Ministério. No entanto, esse Órgão do Ministério continua aplicando a substância no combate ao triatomídeo, popularmente conhecido pelo nome de "barbeiro".

A própria Organização Mundial da Saúde já não mais reconhece a eficiência do BHC no controle de certas formas evolutivas do Triatomídeo, além de ter sólidas razões científicas que o denunciam como cancerígeno.

Por esta razão é feita uma mobilização muito grande com a finalidade de reunir todos os recursos humanos e científicos da comunidade, a fim de provocar uma ação eficaz do Ministério da Saúde. Espera-se que o Ministério da Saúde faça cumprir a sua própria recomendação determinando aos funcionários encarregados da execução dessas campanhas sanitárias, a substituição dessa substância já condenada, tanto pelo próprio Ministério, como pela própria Organização Mundial da Saúde.

São inúmeros sindicatos de trabalhadores rurais e de outras entidades da sociedade civil que subscrevem esta manifestação dirigida à representação parlamentar do Rio Grande do Sul, com assento no Congresso Nacional, e dirigida ao próprio Ministério da Saúde. Até agora, não obstante, o Ministro da Saúde não respondeu e não se sabe de nenhuma notícia a respeito disto que fizesse com que a SUCAM, no Estado mudasse o seu procedimento. Ao dar conhecimento desta manifestação e ao mesmo tempo enfatizar a relevância dela, do ponto de vista da proteção da saúde das populações rurais, é que anuncio para breve, assim que me cheguem às mãos subsídios convenientes, o encaminhamento de uma proposta à Comissão de Saúde, para que ali compareça o Sr. Ministro da Saúde, a fim de se pronunciar sobre o assunto.

A matéria é de mais alta relevância para todo o Rio Grande do Sul, onde a incidência do "mal de Chagas" atinge proporções preocupantes e exatamente por isso onde mais intensamente se verifica a ação da SUCAM no combate ao agente transmissor do "mal de Chagas".

Era esta a comunicação que queria fazer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, para salientar esta oportuna e necessária mobilização da comunidade científica, amparada na reivindicação de toda a população na área do Município de Ijuí. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O funcionário público municipal, estadual e federal é sempre o grande prejudicado. O aumento deveria vir para todas as classes ao mesmo tempo. O que assistimos hoje é a concessão de aumento para os trabalhadores e depois para os servidores federais.

Quero lembrar a luta do Deputado Floriceno Paixão com relação ao 13º Salário que o funcionário não recebe. Na minha opinião, acho que o funcionário público não conseguiu receber ainda o 13º salário, porque este deveria vir para os servidores civis e militares. Foi o mesmo que propus em Minas Gerais, como Deputado, quando apresentei um projeto que foi transformado em lei, dando paridade aos servidores civis e militares como se em atividade estivessem.

O que me admira muito, nesta Casa, é que apresentei uma emenda constitucional: água, luz, telefone, impostos federais, estaduais e municipais, bem como prestação do BNH, que não podem ultrapassar o índice do salário. É a terceira vez que esta emenda vem ao Plenário e não consegue número. Entretanto, houve número para votação do projeto de informática. Por quê? Porque é o poder econômico que movimenta tudo no Brasil e até o

Congresso Nacional. Colocaram anúncios na televisão e nos jornais pedindo para que os deputados viessem votar. O estudante ou o operário, através de anúncio na televisão, pediu que os deputados e senadores comparecessem ao plenário. Então, o que houve? O poder econômico movimentou a sociedade brasileira com a propaganda de rádio, de televisão. Entretanto, conseguiram aprovar esse projeto que considero realmente muito importante. Mas o País atravessa uma fase onde é mais importante determinados trabalhos, por causa da mão-de-obra que nós temos, do que era o de computador.

Recordo-me, quando era Prefeito de Belo Horizonte, que a Prefeitura tinha, na limpeza pública, dois mil e tantos empregados, a maioria analfabeto, mas eles tinham o trabalho, o salário, tinham a manutenção garantida. E o que aconteceu? Outros prefeitos que vieram acabaram com os homens da limpeza pública e colocaram caminhões que fazem o serviço de 200 operários. E esses 200 operários que eram realmente analfabetos, que não tinham condições para outros serviços, o que que aconteceu com eles? Ficaram realmente desempregados e na miséria, os que estavam registrados no INPS ficaram sob a dependência deste.

Nós assistimos o desenvolvimento da técnica do computador com relação ao movimento bancário. Os bancos daqui a alguns dias não irão precisar mais de funcionários. Tudo está na base da caderneta, na base da informação rápida. E o que acontece com isso? Estamos diminuindo a mão-de-obra.

Por exemplo, a Prefeitura de Belo Horizonte deve gastar, hoje, aproximadamente mais de trezentos milhões de cruzeiros, por ano, com a despesa com computador. Seria preferível que, em vez de gastar mais de trezentos milhões de cruzeiros com computador, que a Prefeitura convocasse e fizesse concurso e desse serviço a 1.500, 1.600 pessoas. O que está havendo neste País é o seguinte: estamos dando um desenvolvimento tecnológico muito grande. A mão-de-obra que não é especializada, na grande maioria sem serviços, poderia realmente ser apropriada.

Sr. Presidente, não estou querendo pensar em termos de 1984, penso em termos do ano 2.000. O que está acontecendo é que infelizmente o operariado brasileiro, daqui a alguns dias, vai ser substituído, também, no processo em que estamos, por robô.

Então, o que será do nosso operário?!

Continuaremos tendo escravos dos computadores, da informática. Cada vez teremos no País, os ricos mais poderosos e os pobres mais miseráveis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Assomo à Tribuna para registrar a recente investidura do ilustre Dr. Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite como novo Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Indicado para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do não menos ilustre Ministro Wilson Gonçalves, o Dr. Costa Leite com o seu saber, suas notáveis qualificações, seu respeitado nome e uma longa e admirável folha de serviços prestados à Nação, especialmente na área do ensino superior, oferecerá, sem dúvida, inestimável contribuição aos trabalhos daquele egrégio Tribunal.

Nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, desde o curso ginásial destacou-se pela liderança em movimentos políticos-estudantis que o levaram a participar de inúmeras atividades ao longo dos anos, até sua formatura em Direito, em 1975.

Advogado militante, começou sua vida profissional como Assistente Especial do Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, foi Assessor da Presidência

cia da República, entre 1973 e 1978, tornando-se, em seguida, Assessor Jurídico da mesma Presidência, a partir de março de 1979.

Com raro brilhantismo, destacou-se no magistério superior, campo onde milita até os nossos dias, tendo-se projetado especialmente na Associação de Ensino Superior do Distrito Federal — AEUDF —, onde leciona desde 1977. Naquela instituição, foi subchefe do Departamento de Ciências Jurídicas, é o atual chefe do mesmo Departamento, Membro do Conselho Superior e do Conselho de Ensino e Pesquisa, e mais: é o responsável pela implantação e coordenação dos Cursos de Especialização em Direito Público Interno e do Curso de Especialização em Direito Processual Civil e Penal, ambos a nível de pós-graduação.

Por todos esses destaques foi professor homenageado por diversas turmas de formandos do Curso de Direito da AEUDF, o que prova a sua competência e a admiração que desperta nos alunos, tendo sido escolhido Patrono da turma de formandos do 1º semestre de 1984.

Demonstrando também largo tirocínio em outras áreas, é membro do Conselho Fiscal da NUCLEBRAS, do Conselho de Administração da Prólogo S.A., e já pronunciou conferências na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Academia Nacional de Polícia.

Merecedor de inúmeras condecorações, pode se gabar de ter sido contemplado com a Ordem do Mérito Rio Branco e a Ordem do Mérito Naval, a Ordem do Mérito de Brasília; a Medalha do Pacificador, a Medalha Mérito Tamandaré e Medalha Mérito Santos Dumont.

Ao novo Ministro do Supremo Tribunal de Recursos as nossas congratulações pela merecida investidura e a certeza de que sua atuação naquele duto órgão será das mais dinâmicas e profícias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amadeu Geraa.

O SR. AMADEU GEARA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ao longo de muitos anos, as forças democráticas progressistas deste País tiveram bem clara a visão de que para alterar o quadro arbitrário ditatorial era preciso a realização de eleições diretas, alguns defendendo a tese de que antecedendo às eleições diretas há necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte.

E hoje, a corrente, que venceu dentro das limitações impostas pelo próprio regime e da necessidade desse avanço democrático, determinou que é preciso que façamos, primeiro, as eleições diretas, para depois, com um Presidente democrático, haver a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte ou dar-se ao novo Congresso Nacional os poderes constituintes para a elaboração de uma nova Carta.

Esse estágio, parece-me, Sr. Presidente, está determinado na sua dinâmica, mas, ainda assim, o Congresso está esquecendo de uma outra reivindicação básica, importante, democrática, que é a eleição direta para as prefeituras das capitais. Fazemos um apelo a V. Ex^a, Senador Almir Pinto, hoje na Presidência da Mesa, para que transmita também ao Senador Moacyr Dalla, a necessidade, o dever, a obrigação até, de voltar ao plenário do Congresso Nacional a Emenda Mauro Benevides, a de nº 63, de 1982, e que está tramitando conjuntamente com a emenda do Deputado Armando Pinheiro. Esta matéria já veio a plenário em outras ocasiões, não foi possível aprová-la pelas pressões do regime, mas dentro desse ar de democracia, de independência, de autonomia, que respira o Congresso Nacional, nós acreditamos, sinceramente, na possibilidade da aprovação e da restituição do direito dos eleitores dos municípios de eleger, pela via

democrática através do voto universal secreto o seu prefeito. A autonomia política é uma imposição dentro desse novo quadro, Sr. Presidente.

Ainda na última semana, o Deputado Freitas Nobre, na companhia de alguns companheiros, onde eu estava incluído, manteve contato com o Senador Presidente do Congresso o Senador Moacyr Dalla. E ao que me consta a resposta de S. Ex^a teria ocorrido, ainda ontem, alertando para o Líder Freitas Nobre de que era preciso haver um trabalho de conjunto das demais lideranças dos Partidos Políticos desta Casa, para que pudessem chegar a um entendimento comum, e marcar a data para retornar ao Plenário a Emenda Mauro Benevides.

Da mesma forma que a Emenda Mauro Benevides, que está hoje em condições de vir ao Plenário e ser votada já, prevendo eleições diretas das capitais para 90 dias, o Líder do PMDB na Câmara tem pronta para apresentar uma outra emenda, onde prevê as eleições diretas das capitais no dia 21 de abril do ano que vem, para um mandato tampão que iria coincidir em 1988 com demais prefeitos e vereadores do Brasil.

Fica o nosso apelo, Senador, para que V. Ex^a também leve ao Presidente da Mesa, Senador Moacyr Dalla, este apelo e a necessidade que tem este Congresso Nacional de instituir de uma vez por todas o voto livre e secreto para todos os cargos do País.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A crise da Previdência Social, no Rio Grande do Sul, continua a agravar-se. O Governo insensível só toma providências para reduzir a qualidade dos serviços e a sua quantidade.

Recebi o seguinte telegrama:

“Telegrama
Deputado Federal Jorge Uequed
Câmara Deputados do Rio Grande do Sul PMDB
Praça Três Poderes Congresso Nacional
Brasília/DF

Associações Hospitalares Rio Grande do Sul denuncia ilustre Parlamentar novos crimes INAMPS pretende perpetrar população extinguindo, partir outubro, convênios atendimento ambulatorial e reduzindo 50% internações prestados hospitais Grande Porto Alegre. Estas medidas acarretarão mais de seis mil demissões setor hospitalar. Apelamos interesse e apoio vossencia visando sustar medidas com repercuções nefastas padrão e cobertura assistência ambulatorial e hospitalar nossa população.

Ilso Menegas Presidente”

Isso, em telegrama que o Presidente Ilso Menegas, da Associação de Hospitais, transmite aos Parlamentares.

Mas o que é pior é que a população não está recebendo atendimento necessário. As reduções se fazem para diminuir a qualidade dos serviços prestados, e a Previdência Social se transformou num alço dos trabalhadores. O que é estranho, pois quem paga são os trabalhadores. Os trabalhadores nem colocam a mão no dinheiro para a Previdência, que já é descontado no seu salário, no fim do mês, e o seu patrão pode encaminhá-lo ou não à Previdência, e o trabalhador fica sem o dinheiro. Muitas vezes os empregadores não pagam e o Governo não consegue, nunca, cumprir os seus compromissos. Mas quando se trata de acelerar as cobranças ou de exigir cumprimentos, o Governo não faz aos empregadores, porque dá a esses seguidamente anistias. Não faz o Governo cumprir a sua parte também, reduz serviços daqueles que pagam. Ora, que coisa estranha neste País! Quem paga, quem cumpre as obrigações, quem é onerado pela Legislação, com obrigação de pagar, esse não recebe os serviços que a própria legislação coordena e de-

termina que se prestem. Este é um País estranho! Quem paga é agredido, é ofendido. Os trabalhadores, quando vão procurar melhores recursos nas agências da Previdência, são tratados não pelos funcionários que têm bom desenvolvimento, mas pelas portarias, como se estivessem pedindo um favor, quando na verdade, estão no exercício de um direito.

Gracas a Deus falta pouco para este Governo incompetente, omisso e relapso do General Figueiredo chegar ao fim. Falta pouco para nos vermos livre de tanto despreparo, de tanta incompetência e de tanto desinteresse pelos destinos do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na semana passada, ocupando a tribuna da Câmara, no grande Expediente, denunciávamos uma tentativa de reforma bancária que já está bastante adiantada, bastante discutida entre o Banco Central, o Ministério da Fazenda e a Diretoria do Banco do Brasil. Reforma essa que simplesmente, Sr. Presidente, por absurdo que isso possa parecer, visa a transformação do Banco do Brasil num banco meramente comercial, passando as funções que hoje o Banco do Brasil desempenha ao Banco Central. Nisso, hão de convir os Srs. Congressistas, há uma dupla divergência, Sr. Presidente, um duplo absurdo que vem prejudicar sensivelmente, não apenas o próximo Governo quanto ao encaminhamento de medidas administrativas, mas sobretudo vem comprometer o interesse do País. O Banco Central de importante até hoje que se poderia registrar de sua ação, nós teríamos apenas os escândalos; as CAPEMIS, as DELFINS, as intervenções nas financeiras que eles mesmos criaram ou que eles mesmos incentivaram, e coisas dessa ordem. O Banco Central tem primado pela publicação constante de resoluções, de normas que são inaplicáveis. V. Ex^a sabe que são técnicos arregimentados, aqui, por São Paulo, pelo Sr. Delfim Netto e por outras figuras, que não conhecem o Nordeste, por exemplo, não conhecem a Amazônia, mas que criam normas para aquelas áreas sem nunca terem visitado os Estados que compõem essas regiões nacionais.

Então, o risco que a Nação corre de entregar o fomento do seu desenvolvimento ao Banco Central, a essa altura, é muito grande. Afinal de contas presa ao Banco do Brasil está, na verdade, a Nação inteira. Eu disse da tribuna da Câmara, desde o capitão da grande indústria paulista ao plantador de mandioca do Nordeste brasileiro; todos têm recorrido ao Banco do Brasil. Por outro lado, Sr. Presidente, o Banco do Brasil tem uma experiência quase que bicentenária. É uma Instituição que deve ser preservada, até porque, nos seus 176 anos de existência, não conhecemos um único escândalo envolvendo o Banco do Brasil. É possível que existam problemas com clientes, com pessoas, na verdade, que deram esse ou aquele prejuízo ao banco, mas não se conhece a rigor um escândalo que expusesse o Banco do Brasil em toda a sua longa história.

Ora, há uma instituição que conhece este País de palmo a palmo, do Rio Grande ao Amazonas, de Leste a Oeste; é uma Instituição, Sr. Presidente, que tem, afinal de contas, uma equipe que tem sido, no bom sentido, sem nenhum desejo de estar fazendo comparação com outras elites, mas que possui uma equipe elogiável de técnicos competentes, de pessoas que só ingressam naquela instituição mediante concurso, portanto, é uma instituição séria que precisamos preservar.

Pois bem, Sr. Presidente, adiante dessa ameaça, dessa reforma que visa a transformação do Banco do Brasil em mais um banco comercial, desses males que o Banco Central vem fazendo ao País, nós sabemos que há, na

própria diretoria do Banco do Brasil, diretores que desejam que essa questão seja trazida para o Congresso Nacional, que é o fórum competente para discutir e encaminhar uma reforma dessa natureza, e não, portanto, os componentes do Conselho Monetário Nacional que já deu, inclusive, um parecer a esse respeito, visando essa reforma. Afinal de contas, o Conselho Monetário Nacional não é intérprete da Nação, é intérprete de grupos, é intérprete da verdade de multinacionais, de grupos econômicos conhecidos, e precisamos é de alguém que interprete a Nação e a instituição, para isso nada melhor que o Congresso Nacional.

Eu aproveitaria o momento para colocar essa questão que é mais grave ainda, é o seguinte: da tribuna da Câmara dos Deputados nós dizíamos da necessidade da convocação da diretoria do Banco Central, da diretoria do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda, a esta Casa, para a discussão do problema. Contamos com o apoio da Liderança do PDS, com a presidência da Casa e com todas as demais lideranças partidárias da Casa. A Comissão de Economia convoca para amanhã, dia 11, o Sr. Presidente do Banco do Brasil e um dos diretores do Banco do Brasil, o Sr. Sadi de Assis Ribeiro, e para o dia 16 a diretoria do Banco Central, e numa data, posteriormente a ser definida, teria de vir aqui o representante do Tesouro Nacional, portanto, do Ministério da Fazenda. E qual não é a supresa, Sr. Presidente? O Sr. Ministro da Fazenda aconselha à Diretoria do Banco do Brasil e do Banco Central, eu estou sabendo disto, aconselha a não comparecer agora, deixar a questão para o mês de novembro. V. Ex^a e os Srs. parlamentares sabem, na verdade, o que deseja o Ministro da Fazenda nesta altura. S. Ex^a deseja impedir que o Congresso Nacional discuta esta questão: S. Ex^a deseja, Sr. Presidente, que o Banco do Brasil a esta altura seja mais uma vez boicotado pelo Banco Central, seja, na verdade, degolado pelo Banco Central, quando o Congresso Nacional já estiver fechado porque no final de novembro o Congresso Nacional não estará mais funcionando. Então, é preciso, Sr. Presidente, que haja uma medida energética desta Casa, no sentido de fazer com que compareçam aqui as pessoas convocadas, para que esse mal não venha a ocorrer, para que o País não seja vítima, mais uma vez, dos tecnocratas, para que uma instituição bicentenária, Sr. Presidente, como o Banco do Brasil, não venha a ser prejudicada pela insensatez do Sr. Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central. Nós haveremos de nos colocar na defesa desta instituição, o Banco do Brasil, porque ela, na verdade, precisa ser fortalecida, precisa se devolver a ela, aquela condição que sempre teve quando até promoveu o desenvolvimento deste País, a ponto de ser conhecida no mundo inteiro como a maior organização bancária de natureza agrícola. Sr. Presidente, por esta razão peço a V. Ex^a, também, na qualidade de Presidente desta Casa, que ajude a fortalecer-la, a ser respeitada, comunicando ao Sr. Ministro da Fazenda que a sua obrigação é atender à convocação e urgentemente preservar os esclarecimentos necessários à Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O município de Flores da Cunha teve a dita de ter em seu meio um religioso que se assinalou por grande virtude e santidade. É Frei Salvador Pinzetta, a quem a população espontaneamente vem cultuando, e pedindo graças. A Liderança do PDS vem de solicitar, e a Câmara de Vereadores da cidade aprovar iniciativa dando o seu nome a uma das ruas. O *Correio Riograndense*, de Caxias do Sul, assim reporta a notícia, que desejo ver registrada em nossos Anais.

Há doze anos, precisamente a 31 de maio de 1972, morria em Flores da Cunha, Frei Salvador Pinzetta, tido

por todos como pessoa de grande virtude. Em homenagem ao homem de Deus, que a Terra do Galo projetou para todo o mundo, a Câmara de Vereadores de Flores da Cunha aprovou, por unanimidade, um projeto dando o nome de Frei Salvador a uma das artérias a Leste da cidade, após a Pousada Galo Vermelho. O projeto é de autoria do Vereador Alberto Sogari, líder da bancada do PDS.

Na justificativa ao Projeto assim se expressa o Vereador:

“Frei Salvador, antes de ingressar na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, chamava-se Hermínio Pinzetta, natural do Município de Casca-RS, nascido aos 20 de julho de 1911, filho de Fiorentino Pinzetta e de Isabela Romani Pinzetta.”

Ingressou na Província dos Freis Capuchinhos a 2 de fevereiro de 1944. Fez sua primeira experiência de vida Capuchinha no Convento São Boaventura de Marau. Em março do mesmo ano passou a residir no Convento Sagrado Coração de Jesus, de Flores da Cunha. Fez o Noviciado nesta mesma cidade, no ano de 1945. Emitiu votos temporários no dia cinco de janeiro de 1946 e os votos perpétuos em 1949.

Exerceu suas atividades no Convento São Francisco, em Garibaldi, de 1945 a 1947, e no Convento Sagrado Coração de Jesus, em Flores da Cunha, de 1948 até 31 de maio de 1972, quando faleceu, com fama de santo, após breve enfermidade. As exequias coincidiram com a Festa do Corpo de Cristo. Naquele dia não se realizou a tradicional Procissão do Corpo de Deus. Houve a procissão fúnebre do primeiro Ministro Extraordinário da Eucaristia, falecido, da Diocese de Caxias do Sul, Frei Salvador Pinzetta.

Dedicou-se durante toda a vida aos afazeres domésticos, à horta e à agricultura. Não fez grandes coisas. Fez extraordinariamente bem todas as coisas. Manifestou particular devotamento aos enfermos, aos quais visitava e preparava para a recepção dos Sacramentos. Nos últimos anos, como Ministro da Eucaristia, ele mesmo levava aos enfermos a Sagrada Comunhão, com muita fé e piedade.

Tornou-se notável pelo seu espírito de oração, de acatamento à vontade de Deus, manifesta através dos acontecimentos. Parecia estar continuamente em contato com Deus. Religioso simples, modesto, humilde, serviçal e alegre, não sabia pensar em si, mas unicamente nos outros. Nem por isso considerava-se melhor que os outros irmãos. Dizia: “Sou o que sou diante de Deus”.

Frei Salvador, sendo amigo de Deus, tornou-se amigo e exemplo para os homens. É considerado pelo povo “o Santo de Flores da Cunha”. Há pessoas trabalhando por sua canonização, outros o invocam em momentos difíceis e obtêm graças. “Uma comunidade religiosa como Flores da Cunha, diz Sogari, precisava destacar o nome deste Frei, que tanto fez por ela”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo fazer um registro, que considero importante, sobre a atuação da Associação Brasileira de COHABs.

Atualmente ela é dirigida pelo Engenheiro sergipano Geraldo José Nabuco de Menezes, formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, o qual ascendeu ao posto, no cumprimento de um mandato de dois anos, em junho de 1983. Até agora da sua frutífera passagem pela vida pública, norteada pelo interesse no que tange ao bem-estar da comunidade, podemos destacar, da atuação deste jovem nordestino, dentre outros, os seguintes fatos:

— Presidente da CEASA-SE, quando implantou a Central de Abastecimento daquele Estado, dando início

a uma nova política de Abastecimento de Gêneros Alimentícios naquele Estado;

— Presidente da Companhia Industrial e Turística de Salgado, oportunidade em que implantou o moderno complexo turístico e hoteleiro, naquela cidade balneária do Estado de Sergipe e

— Presidente da COHAB-SE, desde 1979, onde sob sua direção já foram construídas 20.000 unidades habitacionais.

Hoje, instala-se nesta Capital o 34º Encontro Nacional de COHABs, sob sua inspiração e que se dedica à reflexão do aprimoramento da política habitacional tão vulnerável, neste momento, em nosso País, face as atuais contingências econômicas.

A Associação Brasileira de COHABs — ABC, congrega trinta e sete associados, que são empresas de economia mista estaduais ou municipais, agentes financeiros e promotores do BNH, sendo, desta forma, principais responsáveis pela execução da política habitacional, no sentido do pleno atendimento à faixa populacional situada de um a cinco salários mínimos, nas áreas de suas respectivas jurisdições.

Assim sendo, Sr. Presidente, pela importância do evento, encareço faça parte integrante, deste meu pronunciamento, as orações proferidas pelo Dr. Geraldo José Nabuco de Menezes, Presidente da ABC, em dois importantes eventos ocorridos no dia de ontem.

Ei-las:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO NILSON GIBSON EM SEU DISCURSO:

Pronunciamento do Dr. Geraldo José Nabuco de Menezes, Presidente da Associação Brasileira de COHAB'S

— ABC, em saudação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, na audiência concedida à entidade, no Palácio do Planalto, em 9-10-84, com o comparecimento dos presidentes de COHAB'S e da diretoria do BNH e do Ministro do Interior, (Interino) Dr. Rocha Maia.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da ABC cabe-me, neste momento, a suprema honra de expressar a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, os sentimentos de todos aqueles que dirigem as COHAB's nacionais.

Poderia ater-me às fórmulas padronizadas dos cumprimentos formais; poderia, mesmo, limitar-me a uma avaliação crítica da evolução da conjuntura habitacional brasileira nestes últimos anos.

Estaria, de qualquer forma, dando rigoroso cumprimento a esta elevada missão. Vejo-me, porém, tentado a extravasar os limites acima expostos, emprestando a esta saudação o comovido cunho de um testemunho isento perante à grandiosa obra realizada por Vossa Excelência no campo de nossas atividades, nestes tumultuosos cinco anos, inegavelmente um dos mais adversos períodos já conhecidos pela humanidade em geral e pelo Brasil em particular.

Sendo Vossa Excelência destituído do personalismo intimidante que caracteriza tantos governantes, imibindo manifestações desta natureza, e com a liberdade de quem não exerce quaisquer funções pessoais no Governo Federal, sinto-me fascinado pela idéia de tentar antecipar, em poucas palavras, o juízo histórico sobre os dias em que o Brasil tem conhecido o comando de Vossa Excelência.

Pleno de realismo, Vossa Excelência manifestou toda a compreensão da grave crise mundial e nacional quando, num dos primeiros pronunciamentos, tão logo assumira a Presidência da República, teve a coragem cívica de expressar ao povo brasileiro a necessidade de que se impunha a conscientização quanto aos difíceis dias que iríamos viver. Nessa oportunidade, foi feita, inclusive, clara e imperiosa necessidade de se adotar as linhas gerais de uma verdadeira economia de guerra. Enquanto que Vossa Excelência alertava para as vicissitudes dos

dias penosos que iriam sobrevir, por sua vez, exteriorizando o profundo sentimento quase atávico de verdadeiro democrata, impunha-se o histórico propósito de fazer deste País uma democracia, processo que vem desenvolvendo com firmeza e serenidade, compatibilizando as medidas sempre impopulares de combate a inflação com o esquema político de abertura democrática.

A par de tudo isso, é o Brasil um país de tão graves problemas, que se torna inviável a qualquer governo interromper a evolução econômica. Face os explosivos índices do crescimento populacional, ninguém, de sã consciência, pode propor medidas inibidoras ao crescimento.

Foi na administração de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, que a política habitacional brasileira adaptou-se de vez à realidade nacional, conscientizando-se que, mesmo na faixa de interesse social, não se concebe uma abordagem simplista e uniforme da problemática, pois as possibilidades do homem que ganha até dois salários mínimos não se confundem com as daquele outro que aufera até cinco salários mínimos. Embora seja inadequado falar-se em elitismo na faixa de interesse social, é inegável a existência da oferta de habitação aos que ascenderam alguns degraus na escala da hierarquia social. Sob o governo de Vossa Excelência, o BNH cedeu o auge às fórmulas estereotipadas e partiu para a conquista de soluções jamais tentadas: Vossa Excelência e o Ministro Mário Andreazza, com projetos como o Promorar e, mais recentemente, o João de Barro, vêm demonstrar a receptividade à adoção de fórmulas capazes de incluir no âmbito de atendimento do BNH grandes massas da população que auferem menos de três salários mínimos e que até então estavam excluídas dos benefícios do Sistema Financeiro da Habitação na faixa de interesse social.

Embora essa nova orientação possa parecer, atualmente, como decorrência das novas tendências históricas, na verdade a mudança de curso exigiu do timoneiro grande coragem e rigorosa consciência do roteiro a ser obedecido. Diz a sabedoria de nosso caboclo que "o ótimo é inimigo do bom". As boas soluções, de cunho eminentemente social, acabaram-se impondo e vencendo resistência. Isto tanto é verdade que, enquanto a crise afetou sobremaneira a classe média, com aumento das habitações ociosas por falta de comercialização ou pelo crescimento explosivo da inadimplência, na esfera das COHAB's, a demanda prossegue ininterrupta e a inadimplência pode ser considerada sob controle.

Senhor Presidente, as considerações acima expostas revestem-se de especial significado: a Associação Brasileira de COHAB's quis, com estas pobres palavras, manifestar o testemunho do grande apreço pela figura de Vossa Excelência. Fica manifesto que as COHAB's brasileiras reconhecem, nos projetos desenvolvidos durante o governo de Vossa Excelência, as linhas mestras de uma legítima e popular política habitacional da faixa de interesse social. Quer, ainda, deixar claro que foi graças a um feliz entrosamento entre a alta administração do BNH e as COHAB's que foi possível a formulação de certas medidas técnicas capazes de minimizar o impacto da crise que afetou a Nação e, por via de consequência, o Sistema Financeiro da Habitação. Esse fato constituiu alívio para prova de que o diálogo é a forma mais fecunda de praticar-se a democracia.

Esse entrosamento veio demonstrar a permeabilidade dos responsáveis pela política habitacional brasileira, permeabilidade esta que se manifestou pela acolhida às sugestões e comentários críticos daqueles que, por força do exercício de suas funções técnicas e administrativas, encontram-se mais próximos aos seguimentos da população carente, que já adquiriu sua moradia própria ou aspira por adquiri-la.

A Associação Brasileira de COHAB's, em nome de todos os seus associados, agradece sinceramente a audiên-

cia concedida e como prova de reconhecimento passo às mãos de Vossa Excelência esta placa que, na sua singeleza, materializa a intensidade do nosso reconhecimento pela obra realizada em seu governo na área de habitação popular.

ENCONTRO NACIONAL DAS COHABs

Pronunciamento do Dr. Geraldo José Nabuco de Menezes, Presidente da Associação Brasileira da Cohabs — ABC.

Brasília — DF, 9/10/84

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA ABC, NA ABERTURA DO XXXIV CONGRESSO NACIONAL DE COHABs.

A Associação Brasileira de COHABs reúne, mais uma vez, seu efetivo associado em Congresso para atualizar a reflexão sobre a questão habitacional, especialmente na área de governo, da qual recai a imensa responsabilidade da condução, racionalmente adequada, desta que é uma questão social por excelência.

Social por conter em seu desdobramento o poder da satisfação de uma necessidade básica. Social por alimentar a esperança nos diversos segmentos da população brasileira do acesso à casa própria. Social por abrir uma perspectiva de mercado para o trabalhador brasileiro, muito especialmente aquele trabalhador sem qualificação definida. Social, por fim, pela mobilização de recursos que acionam empresas de todos os portes, numa múltipla ação acelerada do processo de desenvolvimento industrial.

É muito natural, portanto, que as sequelas de uma grave e internacionalizada crise, com seu poder negativo sobre a estrutura de produção e de consumo da sociedade, provoque a inquieta e urgente reação dos componentes do setor da construção civil, aliados aos diversos estratos governamentais que dão rumo, consistência e apoio ao setor produtivo, guia do desempenho requerido pelo estágio do desenvolvimento brasileiro.

Todas às vezes em que o sistema de produção sofrer as ameaças recessivas e claudicantes do mercado, devem, muito justamente, ser acionados os mecanismos de proteção e de sustentação que governo e empresários detêm para fazer refluxo as tendências negativas e de desaceleração econômica. Esta associação zela, dentre outros, pela oportunidade reflexiva para oferecer subsídios realistas, verdadeiros, a todos os organismos de decisão nacional, em todos os níveis.

Não é demais enfatizar, perante esta Assembléia de COHABs, que a crise ainda não está superada e que seus efeitos não foram suficientemente minimizados. O mercado continua fechado, retrógrado, à espera de estímulos reanimadores. O desemprego, por seu turno, continua aparecendo nas estatísticas com um curso contínuo e por isto mesmo preocupante. Vários componentes do setor produtivo permanecem desaquecidos, vítimas da crise, impotentes para romperem, sozinhos, com a adversidade desta quadra que castiga o Brasil e frustra os brasileiros.

No entanto, não é possível ignorar o esforço heróico do Governo do Presidente João Figueiredo, através do Ministério do Interior e do Banco Nacional da Habitação, para superar as dificuldades e projetar uma perspectiva redentora que seja capaz de aliar os interesses empresariais, com a expectativa social da moradia como um bem importante e insubstituível pelo qual toda a luta e todo o ônus acaba compensando. Um esforço hercúleo de vencer obstáculos, saltando as permanentes fogueiras da insatisfação alimentada pelo desânimo próprio das crises. Um esforço único na história recente do País que faz manter vivas as crenças na destinação progressiva desta Nação brasileira.

Um esforço governamental que pode perfeitamente ser compreendido pelo entendimento das medidas oriundas do Banco Nacional da Habitação, especialmente centradas na política direcionada às COHABs, desde

1979, e que redundaram na efetivação da metade das construções feitas pelo BNH desde a sua fundação na área de nossa atuação. É, portanto, fruto do esforço, esta marca recorde que faz do Governo João Figueiredo, debaixo da crise e dos sérios reflexos dela advindos, o mais realizador, donatário da marca de 600 mil moradias populares, marca, aliás, muito digna para ser parte dos feitos dos 20 anos do BNH.

O desconforto da crise tem servido para que o BNH procure, com sensibilidade e criatividade, soluções alternativas, nascidas da visão do Presidente Nelson da Matta, este nordestino que empolga o País com seu entendimento da realidade e com providências que estão restabelecendo a plena confiança no Sistema Financeiro da Habitação, recompondo as ações estaduais, recuperando a crença do mutuário brasileiro que optou pela casa financiada na seriedade e na viabilidade do sistema e muito especialmente na capacidade de vencer os óbices e refazer a dinâmica do mercado.

Em meio aos problemas começam a surgir as soluções, cada uma com sua carga de impacto, com sua destinação alentadora, com seu universo de abrangência. É a contribuição do Presidente Nelson da Matta que, por dever de justiça, devemos reconhecer de público, neste vintenário do BNH, neste XXXIV Congresso Nacional de COHABs. Soluções práticas, ágeis, como a proposta do Programa Nacional de Autoconstrução — O Projeto João de Barro — alternativa que privilegia os mais carentes, garantindo-lhes acesso à moradia, em toda a parte do Brasil, ao tempo em que resgata um hábito da tradição cultural e social do povo brasileiro, o mutirão.

Soluções como o Bônus, incentivo financeiro criado pelo BNH e instituído através do Decreto — Lei 2.164 de 19 de setembro último pelo Senhor Presidente da República. Incentivo que reduz, efetiva, urgente, e objetivamente os valores das prestações mensais dos adquirentes da moradia pelo Sistema Financeiro da Habitação. Solução que não se encerra na redução dos valores das prestações, mas que projeta, ainda que na emergência do seu vigor, outras providências definitivas, do mesmo modo como concorre para as diminuições dos estoques, do número de inadimplência, e, consequentemente, para a minimização do comprometimento da renda do mutuário do sistema.

No bojo da providência emergencial, precisamente no artigo 9º do Decreto-Lei 2.164, está previsto o retorno do sistema ao regime de equivalência salarial a partir de 1985, com os reajustes das prestações correspondendo ao mesmo percentual e periodicidade do aumento de salário da categoria profissional a que pertencer o adquirente. Tal providência encerra a luta dos últimos tempos que uniu democraticamente dirigentes, mutuários, autoridades e vem recompor o sistema dando-lhe sustentação para prosseguir construindo e sendo uma opção nitidamente social para a população brasileira.

Os Presidentes de COHABs do Brasil, aqui reunidos, representam anseios de milhões de brasileiros e refletem em suas posturas, a elevada responsabilidade que os Governos estaduais e municipais assumem diante da questão da moradia popular. Em cada COHAB existe efeito de medidas que, de pronto, revelam o bom entrosamento entre os estados, municípios e o Banco Nacional da Habitação, num contato estreitado. Por isto mesmo é que não se pode deixar sem registro e sem destaque o apoio do BNH às COHABs, principalmente através desta associação, como se pode verificar, facilmente, na leitura da ata da reunião de 21 de setembro último, quando a Diretoria do Banco Nacional da Habitação, tendo em vista os entendimentos mantidos com a ABC, relativamente às reformulações no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, aprovou, dentre outras, as seguintes medidas.

Suspensão, no período de agosto a dezembro de 1984, do retorno dos empréstimos concedidos às COHABs.

Colhemos, também, a promessa de redução dos juros de financiamento ao mutuário final, medida que vem re-

duzir, consideravelmente, o comprometimento da renda do adquirente da casa própria.

Por tudo isto, como testemunhas da evolução dos problemas, das buscas das alternativas de soluções, como partícipes das mais amplas e diretas discussões, a Associação Brasileira de COHABs sente-se gratificada, porque sem perder suas configurações estaduais e locais, sem desconhecer a violência devastadora da crise, sem negligenciar diante da adversidade do tempo, consegue colher medidas que se encontram e se casam com os mais legítimos anseios dos que fazem a administração oficial encarregada em executar a política habitacional brasileira.

Ao agradecer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, José Ornellas de Souza Filho, anfitrião do encontro, ao Senhor Secretário de Serviço Social, Dr. Haroldo de Castro Oliveira, ao Senhor Superintendente da SHIS, Companheiro José Carlos Barcelos Elher, pela contribuição emprestada à realização deste conclave, desejo expressar os votos mais sinceros que este Congresso represente mais uma tomada de consciência de uma realidade que está exigindo de cada homem público, de cada administrador, de cada cidadão, um tributo participativo capaz de levar o Brasil a retomar o seu caminho de pleno desenvolvimento, para realizar os anseios de riqueza, prosperidade e bem-estar do povo brasileiro.

Aqui, neste Plenário interessado, deverá nascer uníssono e afirmativo um documento contributivo com o qual a ABC pretende levar ao BNH e aos órgãos de Governo a sua preocupação com a questão da habitação popular e a sua reflexão acompanhada de novas idéias ditada pela experiência do trabalho permanente, como peças administrativas, junto à clientela que continua esperando a oportunidade do acesso à moradia. No momento em que o Brasil desenvolve o processo de sucessão presidencial muito oportuno ainda se torna o documento que aqui será analisado, discutido e aprovado como expressão do desejo de participar e da responsabilidade que cada membro desta Associação tem sobre os ombros. Tem cabido a todos os brasileiros, acima das tendências políticas, um compromisso maior com os destinos da Nação. É justamente este compromisso que os presidentes das COHABs brasileiras querem referenciar neste conclave.

Com estas palavras, e exortando a todos os companheiros para que prossigam no fiel objetivo de promover, por todos os meios, as facilidades para os extratos mais carentes da sociedade brasileira, aqueles para os quais estão legalmente reservados os nossos trabalhos, espero que os dois dias deste congresso sirvam para fazer emergir as contribuições com as quais o BNH poderá prosseguir com seu plano de servir, com a casa própria, o povo brasileiro.

E expresso a satisfação de dar início à convivência amiga deste Congresso Nacional de COHABs, que é síntese superior do compromisso governamental que, em todos os estados do País, mantém viva a esperança da moradia, abrigo e lar dos brasileiros e mais ainda pela sua realização em Brasília, cidade que espessa a somação da consciência nacional.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ELQUISSON SOARES:

“Justiça ao Presidente

O Presidente Figueiredo viveu ontem um instante de grande emoção quando o Presidente das COHABs, falando em nome de milhões de brasileiros de baixa renda, agradeceu ao Chefe da Nação pelo empenho com que lutou para manter os níveis de investimentos do BNH destinados à construção de casas populares. Num momento político delicado, em que a disputa sucessória rompeu, dividiu e

até corrompeu a estrutura do PDS, tornando problemática se não impossível a eleição do candidato oficial, o Presidente Figueiredo tem amargado — e disso não faz segredo a ninguém — a fuga de muitos companheiros a quem ele não apenas ajudou, mas em quem depositava inteira confiança. Agora mesmo, quando muitos Governadores do PDS, alguns impostos por Figueiredo aos diretórios regionais, passam-se para as hostes adversárias, um homem com o temperamento do Presidente tem motivos de sobra para lamentar a fragilidade dos compromissos políticos.

Há de ter sido, portanto, com profunda surpresa que o Presidente Figueiredo ouviu do representante das COHABs a mensagem que faz justiça a uma dimensão pouco divulgada de sua ação administrativa. De fato, são tantos os fatos insólitos que emergem, todos os dias, tanto na área econômica como na área política, que a imprensa pouco se preocupa em focalizar o que há de positivo e de construtivo em meio à crise que atravessamos. Na área mesmo do Plano Nacional de Habitação o que mais chama a atenção é o elevado número de mutuários inadimplentes por causa do descompasso entre a elevação das prestações e os reajustamentos salariais. Isto, para não falar nos escândalos dos agentes financeiros do Sistema, praticamente exterminados por intervenções saneadoras do Banco Central.

Embora se saiba que o BNH e toda a cúpula do Ministério do Interior se tenham transformado num amplo fórum de debates com todos os segmentos envolvidos na crise do Sistema Financeiro da Habitação, e que medidas de curto e longo alcance venham sendo adotadas para diminuir a erosão do sistema, a verdade é que havia pouca ou nenhuma atenção para o fato de que as camadas mais pobres da população, atendidas pela rede de COHABs, não foram sacrificadas graças à expressa determinação do Chefe do Governo.

É fácil imaginar o que representou, para o Presidente Figueiredo, o elogio e o agradecimento do representante das COHABs. Hoje, grande parte das lideranças empresariais que se clevaram com a modernização da economia brasileira, empreendida ao longo dos últimos vinte anos, joga pedras na política do governo. Muitos políticos que deveram sua própria carreira ao regime, viram as costas ao Presidente e ao seu partido.

Que tenha vindo dos mais humildes, dos mais pobres, dos mais sacrificados, a palavra de agradecimento e o reconhecimento público da sensibilidade do Presidente para a sorte de tantos brasileiros sem tribunas e sem veículos de comunicação — é um ato de justiça que antecipa, de certo modo, o julgamento da História.”

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Saramago Pinheiro, como Líder do PDS.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO (PDS — RJ. Como Líder pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Nação ouviu ontem um relato do Senhor Presidente da República com relação às realizações do Governo no setor da energia elétrica e na exploração de minérios. Sua Excelência, a meu ver, de há muito deveria estar se dirigindo à Nação expondo, com a lealdade e a franqueza que o caracteriza, os negócios do Governo nos vários setores da administração pública. Realmente, só o fato do Presidente Figueiredo, no setor da produção de energia elétrica, haver concluído várias hidrelétricas, principalmente Tucurui e Itaipu, esta já em fase de inauguração, este fato caracteriza uma grande vitória.

Nas sessões do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados ouvimos sempre críticas duras. Ainda há

pouco um Deputado falava na omissão do Governo, mas eu esperava que hoje, depois daquela exposição do Presidente da República, uma palavra de justiça se levantasse, porque a oposição é necessária. Ai do Governo que não tenha uma oposição firme, porque essa oposição tem, como motivo primordial, que chamar a atenção do Governo para fatos que nós, seus companheiros, às vezes por sentimentalismo e solidariedade política, não chamamos a atenção.

Sr. Presidente, também no setor de produção de álcool, energia alternativa, o Governo obteve uma imensa vitória. Todos sabem que a meta para 1985 era de apenas 8 bilhões e 500 mil litros de álcool por ano, mas já em 1984, segundo exposição ontem ouvida através da televisão e do rádio, o Governo conseguiu elevar essa produção até 9 bilhões de litros de álcool por ano. Portanto, Sr. Presidente, quando nos aproximamos de uma decisão política costumo dizer, partidário que sou, que estamos no caminho certo. Ganhe quem ganhar, vamos ter agora, na Chefia do Governo, um civil, um homem oriundo da classe política. É inacreditável que na aurora de uma grande vitória para a classe política não estejamos a nos conduzir aqui, nesta Casa, com justiça e com prudência, porque, repito, homem da velha UDN; fui daquele partido até a sua extinção, depois, da ARENA até a sua extinção e agora, no PDS eu não comprehenderia um voto contra a orientação do meu partido.

Ainda há pouco um ilustre Deputado falava *urbi et orbi* que vai pedir a punição exemplar daqueles seus com... heiros, ele é um Deputado da Oposição, que cometa a traição de votar contra os seus partidários, o que nos daria, a nós do PDS, o direito de tratar também assim aqueles que notoriamente estão se inclinando para a outra candidatura.

Mas, como disse, no início desta fala, hoje, para mim, é motivo de alegria que o Presidente continue a expor as suas realizações, e por que não dizer, os seus fracassos, pois ninguém acerta sempre. Mas o dever precípua dos governantes é prestar contas ao povo e ontem, na sua fala, o Presidente atingiu esse objetivo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca os Senhores Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

nº 7, de 1983, que revoga os parágrafos 5º e 6º do art. 152 da vigente Constituição da República Federativa do Brasil;

nº 31, de 1983, que acrescenta dispositivo as disposições transitória da Constituição, de modo a tornar inaplicáveis aos detentores de mandatos legislativos, pelo prazo que menciona, os dispositivos concernentes à fidelidade partidária; e

nº 33, de 1983, que altera a redação do § 5º do art. 152 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 1984, que acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 37, de 1984-CN, da Comissão Mista, pela rejeição da Proposta, vencidos os Senhores Deputados Antônio Câmara e João Agripino.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta de 13 de setembro próximo passado, às 11 horas, dei-

xando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

A proposta de emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige **quorum** de 2/3 de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse número, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O Sr. Lélio Souza — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélio Souza, como Líder do PMDB.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS) — Como Líder, pronuncio o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ouvimos há pouco a manifestação do ilustre Deputado Saramago Pinheiro, no exercício da Liderança do PDS, saudando o pronunciamento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República feito à Nação, ontem, em cadeia de rádio e televisão.

A saudação do ilustre Líder em exercício do PDS embasa-se na satisfação com que S. Ex^e recebeu a positiva prestação de contas da ação político-administrativa do Governo na área da política energética.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por mais que se esmerez o Governo na enunciação ambiciosa de suas conquistas materiais e das suas supostas conquistas materiais nesta área, jamais conseguirá, no entanto, conciliar os presumíveis resultados obtidos com o tenebroso quadro econômico e social, dentro do qual vive a população brasileira.

O crescimento econômico salientado pelo Presidente da República, na área energética, não trouxe até agora nenhum reflexo benéfico, do ponto de vista da melhoria do padrão de vida do brasileiro. Aliás, a própria política de preços para os produtos derivados do petróleo tem sido um fator determinante da elevação permanente e insuportável dos índices de inflação. O Governo optou por essa política, até como uma forma dissimulada de executar um verdadeiro empréstimo compulsório, arrecadando dinheiro da população para atender outras finalidades até hoje não bem explicadas da administração pública federal.

De nada adiantará referir a conquista de metas, na produção do petróleo, na produção de álcool e de outras fontes alternativas de energia, se não se puder fazer a associação desses supostos resultados auspiciosos e consagradores de uma administração com a elevação do padrão de vida dos governados. E esta é uma dramática realidade. A própria Secretaria Extraordinária do Planejamento — SEPLAN — encorajou há pouco tempo, um estudo sobre a realidade sócio-econômica do País. Esse estudo até hoje sonegado ao conhecimento da opinião pública, não obstante, vazou, e alguns setores publicaram os dados estarrecedores que significam uma verdadeira sentença condenatória à política econômica do

atual Governo. Nesse documento, esquematicamente, está estabelecida uma coisa; a constatação de que 86 milhões de brasileiros são hoje vítimas da subnutrição, são vítimas da subnutrição exatamente por causa da política econômica que o Governo teima em executar inflexivelmente, desatento às inúmeras advertências recebidas, tanto da área política como dos setores organizados da sociedade civil.

Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos em face de uma situação assim, onde há fome. E dela se tomou conhecimento através da revelação do quadro tétrico do Nordeste, onde populações tangidas pela fome foram obrigadas a comer ratos e calangos, posto que não têm condições de adquirir alimentos; um quadro que nos mostra a deterioração dos padrões mais elementares de saúde; um quadro que nos revela uma política salarial incapaz de assegurar ao trabalhador a satisfação das necessidades básicas da alimentação, da habitação, do vestuário, da higiene, dos transportes, da educação, e da própria recreação; um quadro que se estampa, por exemplo, na desordem da chamada política agrícola, onde o Governo se esmera na execução de propósitos desencorajadores desta atividade fundamental para a reativação da economia.

Não é mera retórica Sr. Presidente, Srs. Congressistas. O Sr. Ministro da Agricultura, há poucos dias, presente a uma reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural, questionado por este Deputado, coincidentemente, revelou que para a área da agricultura o Governo reserva apenas míseros 2% do Orçamento Federal. Como então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, imaginar-se a possibilidade concreta da execução de uma política de fomento à produção agropastoril, uma política de extensão rural, de assistência técnica, com tão escassos recursos?

A própria revelação desta ínfima percentagem de recursos para a área da agricultura feita pelo Ministro Nestor Jost é a prova mais inequívoca de que a agricultura não é, como afirma o Governo, prioridade.

Aliás, quando foi anunciada a irragem de recursos posta à disposição para o financiamento da produção agrícola, dessa próxima safra, este anúncio já permitiu verificar que o Governo continua colocando a agricultura sob castigo. Cerca de um trilhão de cruzeiros. O que significa um trilhão de cruzeiros? Um trilhão de cruzeiros são cerca de quinhentos milhões de dólares. E isto é o que o nosso País paga, numa quinzena, de juros aos bancos internacionais. Pois é exatamente a importância equivalente ao pagamento de uma quinzena apenas de juros aos credores internacionais, que o Governo Federal reserva, agora, para o financiamento da safra agrícola.

portanto, à luz desses dados, é possível concluir que por mais que o Presidente da República se esmerez em divulgar à Nação possíveis resultados materiais, expressos em cifras matemáticas comprobatórias de uma expansão do crescimento econômico em determinados setores, jamais ele conseguirá responder porquê. Apesar disso, ocorre, aceleradamente, uma decomposição do padrão sanitário na vida dos brasileiros.

É esta contradição que afeta, fundamentalmente, a validade da própria política econômica que vem sendo ex-

cutada. Por mais espetaculares que sejam os resultados colhidos aqui ou acolá se é que possam ser colhidos, se isso não é fruto de uma manipulação estatística, isto tudo resume-se em nada, Sr. Presidente, porque não traduz um aumento da melhoria do padrão de vida do brasileiro.

E eu lembro uma expressão que foi usada na enunciação dos princípios que embasaram o Movimento Democrático Brasileiro sobre a distinção entre o desenvolvimento econômico e o crescimento econômico, para caracterizar esta profunda contradição que incrimina o Governo do General Figueiredo. Na enunciação desses princípios, é feita menção a uma lição de um economista inglês, Dudley Seers, onde ele estabelece três questões que precisam ser respondidas afirmativamente para que, em função dessa resposta, se conclua se num dado momento histórico houve ou não desenvolvimento econômico ou se houve apenas um mero desenvolvimento econômico. E as três indagações que servem de base para essa verificação são estas: é se diminuiu a pobreza, é se diminuiu o desemprego e se diminuíram as desigualdades sociais. Se a estas três indagações não pudermos oferecer uma resposta positiva, então, aí, é forçoso concluir-se que houve desenvolvimento econômico. Mas, se a qualquer uma delas não se puder oferecer essa resposta positiva, não terá havido desenvolvimento econômico: terá havido um crescimento econômico, porque esse crescimento terá sido utilizado em função de grupos, e não em função do todo da sociedade; em função dos governados que precisam receber, na proporção da sua participação no processo de produção, os reflexos benéficos do aumento da riqueza nacional. Por isto, eu não vejo, assim, com muita validade política, essas manifestações do Senhor Presidente da República. Elas não conseguiram desfazer a realidade brutal que está por baixo delas, valendo como uma verdadeira sentença condenatória da política econômica que o Governo vem executando. Por mais que ele se valha dos instrumentos de comunicação, utilizando estatísticas espetaculares para tentar dourar a pípula desta realidade amarga, não conseguirá justificar uma política contra a qual se ergue hoje, de maneira uníssona, toda a sociedade brasileira, reclamando mudanças, e mudanças já, porque é inadmissível a continuidade desse estilo de governo, que se inspirou em princípios que não vêm ao encontro das aspirações majoritárias do povo brasileiro.

Estas observações que faço, ligeiras e desalinhavadas, a propósito do comentário elogioso ao pronunciamento do Senhor Presidente da República, feito pelo ilustre Líder Saramago Pinheiro, nesta sessão, é porque a questão, pela sua relevância, pela sua importância, não poderia ficar sem este reparo por parte do PMDB, até em homenagem à coerência do PMDB, na contestação da política econômica executada pelo Governo João Baptista de Figueiredo, e que precisa ser mudada a partir de 15 de março do próximo ano, com o Sr. Tancredo Neves.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 11 horas e 52 minutos.)

Ata da 322^a Sessão Conjunta, em 10 de outubro de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas.

Hélio Gueiros — Alberto Silva — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto —

Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Fernando Henrique Cardoso — Sérgio Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Roberto Campos — Affonso Camargo — Jorge Bor-

AS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes —

nhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frotta — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PDS; Víctor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Eraldo Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Theodoro Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denis Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roraima Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabolini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Theodoro Mendes —

PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturval Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kiffi — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cásdio Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Melo — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Mardini — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marçezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Sinal Guazzelli — PMDB; Telmo Kirst — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 284 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão

O Sr. Nilson Gibson — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra V. Ex^a

O SR. NILSON GIBSON — Sr. Presidente, infelizmente, em decorrência da ausência de número regimental para que a sessão tenha prosseguimento, segundo o art. 29 do Regimento Comum, peço a V. Ex^a a suspensão da sessão.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Pela ordem, para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O Deputado Nilson Gibson não formulou questão de ordem. Portanto, não há o que ser contraditado. S. Ex^a apresentou a

reclamação no sentido de que não há **quorum** para funcionamento da sessão. Esta tem preferência sobre qualquer uma outra solicitação.

De maneira que a Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos e, se não houver o **quorum** necessário, encerrará a sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19 horas e 6 minutos a sessão e reaberta às 19 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está reaberta a sessão. Persiste a falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência convoca os Senhores Parlamentares para uma sessão

conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação das seguintes propostas de emenda à Constituição:

Nº 28, de 1982, que revoga a alínea e do § 2º do art. 156 e o art. 162, altera os arts. 165 e 166, e acrescenta artigo às disposições gerais e transitórias da Constituição Federal; e

Nº 5, de 1984, que altera a redação e revoga dispositivos da Constituição Federal, que contém restrições à exercitação do direito de greve.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Vísado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70160

REFORMA ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984



**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160**

**Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.**

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

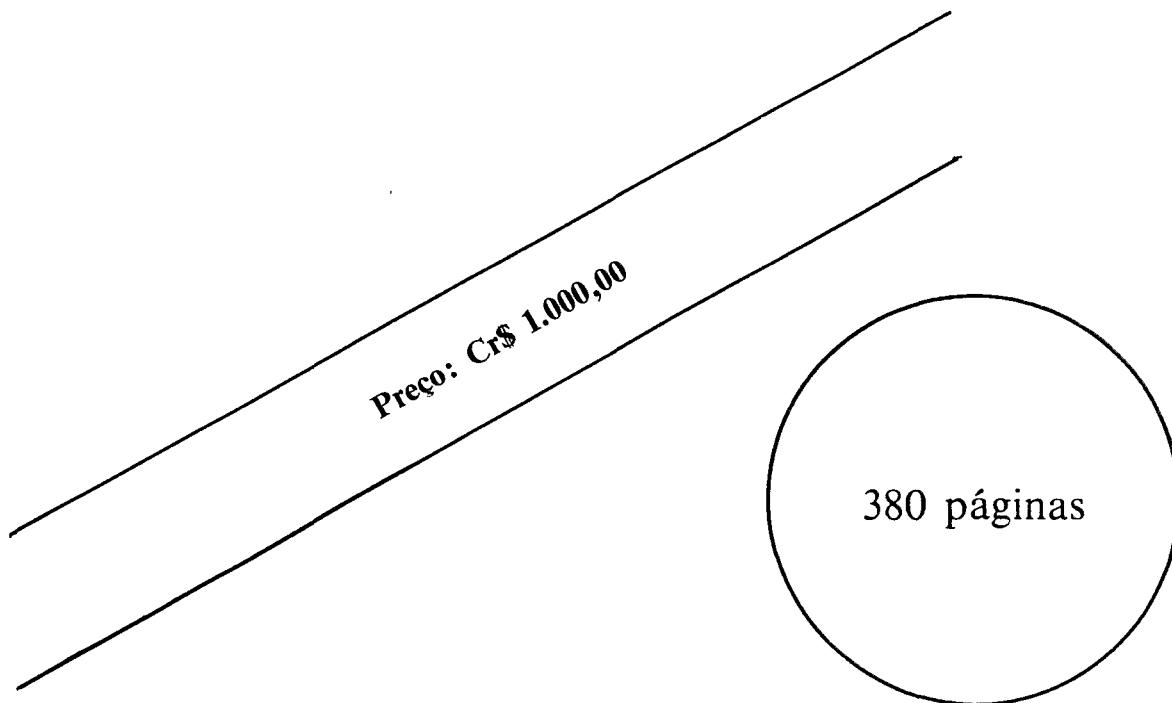
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO (4^a edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.



Preço: Cr\$ 1.000,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Nº 82

Preço:
Cr\$ 2.000,00*

Está circulando o nº 82 (abril/junho de 1984) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Este número, com 420 páginas, contém as seguintes matérias:

- Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais: tendências recentes
Antônio Augusto Cançado Trindade
- Justiça social e interpretação no direito brasileiro
Haroldo Valladão
- Revogada a Constituição de 1967 — breve comentário a uma decisão do STF
Rubem Nogueira
- Parlamentarismo ou democracia?
Eduardo K. M. Carrion
- Aspectos do federalismo norte-americano
Torquato Lorena Jardim
- O direito da crise
Arnoldo Wald
- O desprestígio das leis
Eduardo Silva Costa
- O Parlamento brasileiro e o problema do menor abandonado
Paulo de Figueiredo
- Pena de morte e colônias correcionais
Paulino Jacques
- Processo político e participação
Carlos Antônio de Almeida Melo
- Voto distrital e os Partidos Políticos
David V. Fleischer

- Inconstitucionalidade de fusão e incorporação de Partidos Políticos
Celso Bastos
- A Missão Inglesa de 1924
Mircea Buescu
- Gestão de empresa com participação de seus empregados
(Carta federal — art. 165, inciso V)
José Martins Catharino
- Trabalhador brasileiro no estrangeiro
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
- Movimento sindical de trabalhadores rurais e a modernização da agricultura brasileira
Vilma Figueiredo
- Anotações ao Código da Propriedade Industrial (arts. 1º a 58 — Patentes)
Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- O Direito Penal Econômico e os crimes contra a propriedade industrial
Eleonora de Souza Luna
- Titularidade da obra intelectual
Antônio Chaves
- Direito de autor e interesse público nos países em desenvolvimento
Carlos Alberto Bittar

* Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4.ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

*Legislação alteradora e correlata.
Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Fede-
ral). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.500,00

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00